



**VILA DOS  
PESCADORES  
DO  
JARAGUÁ...**

**DESTRUIÇÃO E  
VIOLÊNCIA  
PROMOVIDOS POR  
ESTADO E  
PREFEITURA**



**Neste número do Espaço Popular:**

**A remoção de trabalhadores do  
Jaraguá atende a quais  
interesses?**

**Crise econômica e  
Crise da educação**

**Intolerância nos tempos atuais**



## RETIRADA DOS TRABALHADORES DA VILA DO JARAGUÁ, E O DESCASO DA PREFEITURA DE MACEIÓ.

Após uma longa luta pelo direito à moradia e ao emprego – de 116 famílias que subsistem na e da Vila dos Pescadores, há mais de 60 anos –, na manhã de quarta-feira (17/06) ocorreu a retirada forçada dos pescadores e marisqueiras do seu local de moradia e trabalho. A prefeitura realizou um processo de desocupação do terreno da comunidade deixando mais de 100 famílias sem emprego e moradia.

A comunidade reivindicava permanência e reurbanização da VILA (que propiciasse, dentre outras coisas, coleta regular de lixo, água potável e um sistema de esgoto sanitário). Reivindicavam melhores condições de vida, em seu lar, e melhores condições de trabalho.

A abordagem e retirada das/dos moradores/as da VILA, seguiu com uma sequência de injustiças e, ao contrário do que aponta a mídia local, não foi de forma “tranquila”: Pegos por “assalto” às cinco da manhã, cercados pelas guarnições do BOPE, da Radiopatrulha, da Guarda Municipal, Cavalaria etc., os moradores da VILA foram retirados do seu local de moradia e trabalho sem ter como se defender. As representantes da associação dos moradores da VILA sequer foram avisadas da desocupação, as assistentes sociais, que deveriam ser as primeiras a entrarem em diálogo com a comunidade, foram impedidas de se dirigirem aos moradores e os primeiros a entrarem na VILA foi o aparato policial.

A ação policial dita como pacífica pela mídia alagoana, não se mostrou tão pacífica assim: a PM agrediu morador, bateu em mulher com criança de colo, chegando, inclusive, a destruir o templo histórico Abaçá Airá Obá (da Mãe Vitória), mesmo tendo ela a posse de todos os documentos de ocupação concedidos pela União. Resultado: a comunidade foi arremessada numa situação de desespero, sem saber o rumo que tomaria suas vidas.

PARA ONDE FOI A COMUNIDADE AGORA EXTINTA PELA PREFEITURA DE MACEIÓ?

Apenas 25 famílias das mais de 100 famílias que ocupavam a VILA possuem os “apertamentos”

tão mencionados pela mídia local. A maior parte das famílias não sabia se quer para onde iriam e sem ter para onde ir, e como forma de continuar resistindo, algumas famílias ocuparam nesta quinta-feira (18) um galpão perto da VILA, onde desde o período da manhã a polícia já iniciava o seu rito de terrorismo contra os moradores, ameaçando prender não apenas os moradores da VILA, mas todos os que apoiavam a luta das marisqueiras e pescadores, como o movimento “Abraça a Vila”. Após uma tarde inteira de constante ameaça de invasão por parte da polícia, foi findada a ocupação.

Os ex moradores da vila foram levados à abrigos precarizados e agora encontram-se espalhados pela cidade, sobrevivendo com aluguéis sociais de 250,00! Que foram “garantidos” pela prefeitura (isso com muita pressão), e sem ter onde tirar o “sustento”, restando-lhes a certeza que a luta não acabou.

A prefeitura e o governo do estado desprezaram o destino destas famílias. O descaso, também praticado pelo Ministério Público, coloca em risco a vida destes trabalhadores da VILA: seu lar, seu trabalho e sua base cultural, enraizada naquele local, foram amputados, massacrados num episódio que representa uma das maiores violações contra a classe trabalhadora que já ocorreram no estado!

É preciso deixar claro que não se trata de uma brutalidade estatal desajuizada. Essa ação, por parte da prefeitura (PSDB) e do governo do estado (PMDB), é uma brutal “limpeza” social (com fim financeiros e políticos) que só atendem aos interesses dos ricos.

Não é de agora que esse tipo de prática acontece: vimos isso no massacre da comunidade do Pinheirinho, em 2012; posteriormente, várias comunidades foram arrancadas violentamente de suas moradias durante a Copa do Mundo de 2014 (para



garantir o interesse da FIFA e demais empresas que lucrariam com o megaevento) e recentemente, no estado de São Paulo, moradores de Uberada sofreram o mesmo processo de expulsão.

Fica, assim, cada vez mais evidente a tendência de repressão policial aos que lutam contra a precarização da vida e retirada de direitos, mostrando a face do aparato militar em defesa dos interesses dos especuladores e contra os trabalhadores.

Apoiamos e nos somamos à resistência dos ex- moradores da VILA de Jaraguá: a luta não acabou. Pelo direito à moradia e trabalho dignos: “quem pode manda, mas quem tem juízo resiste e luta!”.

## **A EDUCAÇÃO PEDE SOCORRO!**



Professores exigem melhores condições de trabalho

Nos últimos meses, circularam nos jornais várias notícias sobre as manifestações públicas da categoria dos professores, em diversas regiões do Brasil. As maiores greves aconteceram nos estados de São Paulo e no Paraná. Tanto nas capitais quanto nas cidades do interior, os professores estão se mobilizando e reivindicando melhores condições de trabalho.

Atualmente, está muito evidente que, não somente a educação, mas toda a sociedade, está passando por uma crise profunda. A origem dessa crise é econômica e o desemprego é uma das suas expressões. No caso da educação, ter um diploma de licenciatura não quer dizer que iremos ter um emprego garantido. Diferente disto, cada vez mais, é comum encontrar professores trabalhando em outros locais, que não os de ensino, como em empresas de telemarketing por exemplo. Saiba que o desemprego e a miséria são consequências próprias do modo de produção capitalista!

Como se não bastasse receber uma baixíssima remuneração, nós enfrentamos muitos problemas em uma rotina de humilhação, desrespeito e exploração: salas de aula superlotadas, contratação temporária sem os devidos direitos, precariedade na infraestrutura dos prédios, perda da autonomia no ensino, carência de professores e também de outros

profissionais que atuam na gestão escolar, perseguição política e autoritarismo das direções sobre os funcionários que participam do movimento grevista; violência e repressão policial dentro das próprias escolas e etc.

O professor, assim como os demais trabalhadores, também é muito afetado pelas políticas de cortes nas verbas públicas, as quais estão sendo feitas pelo governo federal em parceria com os governos estaduais. Não importa qual for o partido. Seja o PT, o PMDB, o PSDB e etc. Todos esses burocratas estão jogando do mesmo lado: o lado dos banqueiros e dos grandes empresários. Nenhum desses partidos pode controlar o dinheiro e fazer com que ele seja investido na educação, na saúde, na segurança e em outros benefícios para a população. Eles precisam pagar a dívida pública para os bancos internacionais e para os demais empresários e parlamentares envolvidos nos esquemas de corrupção.

Contudo, enquanto os professores fazem protestos, denunciando que a educação está indo ladeira abaixo, a mídia burguesa, principalmente a TV Globo e as suas filiais de comunicação, cumpre a sua função: manipulam a consciência das massas, no sentido de tentar mostrar que as manifestações não passam de conflitos passageiros. Isso não é verdade! Não é verdade que os conflitos são passageiros porque o nosso tempo histórico é de conflito permanente, pois permanente é o estado de exploração do capital sobre os trabalhadores.

É preciso planejar uma educação, na qual os filhos da classe trabalhadora não sejam constantemente alvo do descaso em uma rotina dura, cheia de incertezas e de dificuldades. Uma educação que não seja tratada como mercadoria, mas sim uma educação que ofereça, a todos os indivíduos, as condições para eles se desenvolverem enquanto seres humanos. Este tipo de educação não é possível existir na nossa sociedade capitalista.

Assim, contra o permanente estado de crise econômica, nós defendemos um projeto de sociedade diferente deste no qual estamos vivendo. Nós, professores e demais trabalhadores, defendemos uma sociedade socialista!



Polícia reprime com violência greve de professores

## TEMPO DA DESRAZÃO

Se um aspecto característico do humano é o uso da razão, vivemos um tempo de predominância da desrazão. Temos prova disso nos mais diversos campos das nossas relações. Exemplo disso é a intolerância religiosa. Independente da minha crença, aliás, não crença, não dá para ficar em silêncio diante das agressões de pessoas que se julgam acima do bem e do mal e detentoras da vida e morte de outras.

É lugar comum as notícias sobre violência cometidas por seguidores de religiões que se percebem como mais importantes que outras. É assustador observar como, mesmo no complexo religioso, a luta de classes se faz presente. Vemos, ainda, nestas relações em que é legítimo humano explorarem outros, as diferenças socialmente construídas como coisas naturais. Pensemos: é “natural” o homem dominar a mulher? É “natural” a homossexualidade ser o padrão de normalidade de relacionamentos? É “natural” que o branco seja tido como raça superior e, é “natural”, enfim, que algumas religiões sejam tidas como superiores? Lembremos de um detalhe: embora tenhamos laços inelimináveis com a natureza, somos mais que natureza. Nossa forma humana nos fez construir relações de afeto, de crença, etc., que nos fazem diferentes. Contudo, essa diferença, que deveria ser um ponto de riqueza, sob a regência da exploração da relação do capital, que é a que vivemos hoje, é, em muitas situações, tida como um elemento indesejável. Por que temos que ser todos iguais? Por que temos que formar coro com o que é veiculado pela mídia, ensinado nas escolas ou defendido por alguns padres e pastores? Quanta contradição!

É inegável o hiato existente entre as falas da sociedade brasileira, que se diz não preconceituosa, e os atos concretos dos que compõe essa sociedade. A Constituição de 1988 diz:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Além da Lei Magna, podemos citar a Lei Federal de número 7.716, de 5 de janeiro de 1989 que diz em seu artigo primeiro: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.”

Citaremos dois acontecimentos recentes que revelam a total desconsideração das citadas leis: o

primeiro, uma pedrada. Alvo: Kayllane Campos, 11 anos, motivo: adepta do candomblé. O fato aconteceu no dia 14 do mês corrente, no Rio de Janeiro.

O segundo: a derrubada do histórico terreiro Abaçá Airá Obá. Assustada com o evento, mãe Maria Vitória assistia estática a derrubada da sua história de crença. Pois é, o terreiro que contava com 35 anos de existência na Vila dos Pescadores, no imponente bairro do Jaraguá, caiu por terra, consequência da desrazão do poder estatal – que é a razão do próprio Capital, sempre organizado e eficiente, quando se trata de atingir a classe dominada. O irônico, neste caso, é que mãe Vitória possui documentos oferecidos pelo próprio Estado, nas instâncias Federal e Estadual, que legalizavam a sua permanência no lugar. Desconheço qualquer atitude destruidora de outros templos religiosos.

É pertinente, então, perguntarmos: onde está a liberdade de crença? Onde está o “direito do cidadão” defendido por tantos? A lei garantiu a inviolabilidade de direitos garantidos? Pode parecer incompreensível tal incoerência (a lei diz uma coisa, a realidade mostra outra). A razão é simples: não se divulga que o Estado (nada igual) é uma comunidade abstrata e que o cidadão é um ser abstrato. Torná-los reais é compreender que o primeiro é o representante legal da classe dominante e que o segundo só se torna real quando os cidadãos são os Ruis, os Renans... Estes terão seus direitos garantidos na lei e na realidade. Mas, nós, moradores de favelas, negros, pescadores, marisqueiras, vendedores ambulantes, enfim, o povo da terra das alagoas, vivemos a ilusão de uma igualdade propalada pela lei, mas que deixa de valer na concretude nossa de cada dia.

Nada mais apropriado que a frase divulgada pelo Movimento Abrace a Vila: “Mil barracos cairão ao teu lado direito. Terreiros e pontos de cultura e memória cairão ao teu lado esquerdo... Mas tu, armazém de açúcar, não serás atingido!”

A intolerância religiosa, que é uma forma de violência, revela que o poder de classe não se limita ao chão de fábrica; não se atem aos latifúndios canavieiros, mas estende-se as mais diversas esferas da existência humana. Contudo, é urgente e necessário que tenhamos o cuidado de não limitarmos nosso olhar e crítica apenas as expressões de violências aparentes e imediatas. Estas são expressões de uma violência maior. Não discutida. Sequer tocada: a exploração do homem pelo homem reproduzida dentro das relações capitalistas e geradoras de desumanidade, de desrazão.

Afastemos de nós esse cálice,

De vinho tinto de sangue!

Jornal mensal produzido sob responsabilidade do Espaço

Socialista - Alagoas.

Site: [www.espacosocialista.org/](http://www.espacosocialista.org/)

E-mail: [espacosocialista@hotmail.com](mailto:espacosocialista@hotmail.com)